

## 60 anos de Economia Social de Mercado: ontem, hoje e o caminho de amanhã\*

19

BODO HERZOG

O caminho da Economia Social de Mercado foi preparado com a reforma econômica e monetária acontecida há 60 anos, ou seja, com a “Lei de Diretrizes” e a abolição do controle de preços no dia 24 de junho de 1948. Poucos anos mais tarde, a corajosa decisão de se introduzir uma ordem econômica com base no mercado, acompanhada do rápido revigoreamento econômico da ainda jovem República Federal da Alemanha, já dava os seus primeiros frutos. Atualmente, passados 60 anos, a Economia Social de Mercado não mais consegue, nem por longe, obter nos debates públicos o reconhecimento que na verdade se lhe deve, considerando-se os excelentes êxitos alcançados e o fato de ter sido uma concepção única na História. O entrelaçamento mútuo da Economia Social de Mercado, em torno do princípio de liberdade no âmbito do mercado, com o princípio de compensação social e o de responsabilidade moral de cada indivíduo perante a tudo e a todos, ainda consiste num fato incomparável e, ao mesmo tempo, um desafio para a sociedade e a política. Nos últimos tempos, principalmente dois aspectos têm gerado críticas: em primeiro lugar a crescente insegurança social no tocante à compensação social e, em segundo, a diminuição da responsabilidade assumida por cada indivíduo, particularmente de bons exemplos projetados em nossa sociedade. No artigo que se segue, deverão ser apresentadas as linhas básicas da gênese e as incomparáveis conquistas alcançadas pelo funda-

---

\* Tradução de Tito Lívio Cruz Romão

mento da Economia Social de Mercado, a que se acrescerá, igualmente, uma perspectiva para o futuro.

## I. CONCEPÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO

**A**tualmente, a Economia Social de Mercado designa, em princípio, um plano claramente delineado, embora também represente, para cada vez mais pessoas, somente um conceito ou nada mais que uma palavra oca. Com uma raridade cada vez maior, a Economia Social de Mercado é entendida como uma ideia de ordenamento ou um modelo para uma ordem econômica e social equilibrada. Da mesma maneira, ainda não se leva muito em consideração, nos tempos atuais, a reivindicação de que a Economia Social de Mercado representa um marco para futuros desafios e consiste, na verdade, em “um estilo de convivência progressivo que aguarda sua implementação” (Müller-Armack).

Para reanimar a Economia Social de Mercado nos dias de hoje, é mister, por um lado, entender as linhas da gênese histórica da reforma monetária e econômica alemã-ocidental ocorrida há 60 anos e, por outro, especialmente oferecer novas respostas e propostas de estruturação perante os desafios iminentes da globalização e de uma sociedade em vias de envelhecimento.

A reforma econômica efetuada em junho de 1948 com a participação decisiva de Ludwig Erhard foi um profundo divisor de águas no período pós-guerra e proporcionou as respostas exatas aos desafios existentes àquela época. É necessário lembrar que tal fato ocorreu um ano antes da fundação oficial da República Federal da Alemanha no ano de 1949. O conceito de Economia Social de Mercado atrelado à reforma econômica de 1948 era uma síntese de diferentes tradições obtidas a partir da história das ideias, das ciências sociais e econômicas, ressaltando-se que seu ponto central era o primado da liberdade do mercado em conjunto com uma compensação social.

A partir de então, a Economia Social de Mercado na Alemanha passa a ter não apenas caráter constitucional, como também começa a ser chamada pelo próprio nome. Desta forma, o Art. 1º do tratado internacional firmado entre a República Federal da Alemanha (RFA) e a República Democrática Alemã (RDA) registra a “Economia Social de Mercado como ordem econômica comum a ambas as partes”, enfatizando a propriedade privada, a concorrência de eficiência, a livre formação de preços e sempre a livre circulação de trabalho, capital, bens e serviços. Além disso, também se definiu que a Economia Social de Mercado seria complementada por um “amplo sistema de garantias

sociais com base na compensação social”. Embora a Economia Social de Mercado não seja expressamente mencionada na Lei Fundamental (LF)<sup>1</sup> da República Federal da Alemanha, ali também se definiu de forma inequívoca uma ordem econômica liberal através dos direitos de liberdade nela contidos, tais como o direito ao livre desenvolvimento da personalidade (Art. 2 LF), o direito à liberdade de escolha da profissão e do trabalho (Art. 12 LF) ou o direito à propriedade privada (Art. 14 LF). Ademais, a ordem ali delineada abrangia um compromisso social com o bem-estar geral (Art. 14 §2 LF) e definia a República Federal da Alemanha como um Estado federal (Art. 20 §1 LF). Na Economia Social de Mercado, o ordenamento da concorrência tem a mesma importância que os direitos de liberdade contidos na Lei Fundamental. O ordenamento da concorrência foi levado a cabo através de lei, com vistas a assegurar o processo de concorrência no mercado, ou seja, para coibir restrições ao livre comércio; em sua configuração, também se procedeu a uma consequente limitação do poder do mercado e de interesses particulares.

O aniversário de “60 anos da Economia Social de Mercado” é, portanto, uma excelente ocasião para que relembremos o fundamento de nossa ordem econômica e seus desdobramentos. Outrossim, esse momento também oferece uma oportunidade para tratarmos dos novos desafios nacionais e internacionais lançados a essa ordem econômica.

## 2. MUDANÇAS REALIZADAS RUMO À REFORMA ECONÔMICA E MONETÁRIA

**T**endo em vista as experiências concretas feitas por economistas alemães na primeira metade do século XX com os impactos da economia bélica, a hiperinflação e o dirigismo econômico nacional-socialista, pouco surpreende que, nos últimos anos da Guerra, já se houvessem imaginado e desenvolvido planos voltados para uma reforma econômica e monetária fundamental sob os auspícios da Economia de Mercado. Neste contexto, tiveram importância especial os três “Círculos de Friburgo”, nos quais atuavam cientistas ordoliberais da chamada Escola de Friburgo. Muitos dos manuscritos e pareceres que vieram a lume àquela época permaneceram atuais também após o final da Guerra, tendo fluído nos trabalhos de assessoramento político-econômico. E, justamente quando estava sendo preparada a inescapável reforma monetária

---

1 N. do Trad.: Lei Fundamental (*Grundgesetz*) foi o nome dado à Constituição da República Federal da Alemanha após sua criação no ano de 1949.

na Alemanha Ocidental, as potências aliadas de ocupação recorreram aos conhecimentos especializados de economistas alemães. Ludwig Erhard aproveitou esse instante especial para também introduzir uma ampla reforma econômica paralelamente à reforma monetária. Foi ele quem logrou, sobretudo na prática, fincar as raízes do conceito de Economia Social de Mercado.

### *2.1 Debates sobre a reforma da política de ordenamento econômico nos últimos anos da Guerra*

Os “Círculos de Friburgo” consistiam em três fóruns de debates imbricados entre si, a saber: o “Conselho de Friburgo”, o “Círculo Friburgo-Bonhoefer” e a “Comunidade de Trabalho Erwin von Beckerath”. No centro de tais círculos se encontravam, dentre outros, os economistas Walter Eucken, Adolf Lampe e Constantin von Dietze. Neste âmbito foram escritos trabalhos decisivos que, além da política de ordenamento econômico, também expunham, nas análises elaboradas, o entrelaçamento entre “política econômica e política social”, notadamente com base no ser humano cristão.

Uma vez terminada a Guerra e estabelecidas novas estruturas administrativas nas zonas de ocupação, teve início, em diferentes níveis, uma discussão sobre a questão da ordem econômica e da política monetária. Como as medidas de controle do período bélico foram mantidas pelas potências de ocupação, e o excesso de moeda em circulação foi se tornando cada vez mais visível, urgia, em primeiro lugar, que se procedesse com brevidade a uma reforma monetária. Naquela hora, recorreu-se, então, às análises feitas com fundamentação científica mais vigorosa nos últimos anos da Guerra.

Neste contexto, talvez o fórum mais importante tenha sido, do ponto de vista político-econômico, a “Comunidade de Trabalho Erwin von Beckerath”, que desenvolvera em diversos pareceres um grande número de diferentes medidas voltadas para uma futura reforma econômica e monetária. Em maio de 1945, esse grupo de trabalho conseguiu receber do chefe do Departamento de *Economics* do *Military Government of Germany* em Höchst a incumbência de elaborar, juntamente com colegas, um parecer sobre *Inflation Control*.

Igualmente ativos eram, porém, os outros círculos que atuavam na área político-econômica. Foi assim que, mediante vários contatos de Adolf Lampe com o governo militar da França, se fundou em novembro de 1945 o *Comité d'Etudes Économiques de Fribourg*. Neste círculo, por sua vez, havia alguns representantes que eram membros da Comunidade de Trabalho supramencionada. Os especialistas apresentaram um parecer intitulado “Ordem

Monetária = Ordem Econômica”, com a intenção de que fosse entendido como uma breve síntese do parecer da Comunidade de Trabalho. Na ótica atual, o aspecto interessante é que ambos os pareceres se empenham categoricamente por uma reforma monetária e uma reforma econômica concomitantes, destacando-se esse fato com bastante clareza.

## 2.2 Assessoramento político antes da reforma monetária: os anos de 1945 até 1948

Além desses círculos de assessoramento e da própria iniciativa tomada por economistas alemães, também havia, por outro lado, a demanda consciente, junto às potências de ocupação, de uma preparação dos atos administrativos necessários à iminente reforma monetária. Deste modo, Walter Eucken fazia parte dos peritos alemães cujas opiniões sobre uma reforma monetária foram solicitadas durante a realização do plano americano de Colm Dodge-Goldsmith. Posteriormente, juntamente com Ludwig Erhard e Franz Böhm, Eucken tornou-se membro de uma comissão de peritos do Conselho Regional da Zona de Ocupação Americana, que prepararam, dentre outras coisas, uma Lei Anticartel alemã. Com a fusão das zonas de ocupação americana e britânica em maio de 1947, que passaram a formar a chamada “Bizona”, também foi criado um “Conselho Econômico” semelhante a um parlamento, cujas leis careciam, obviamente, de aprovação pelo Conselho de Controle aliado.



Walter Eucken  
(1891-1950).

Fonte: Fundação  
Konrad Adenauer  
e.V.

Paralelamente a estes acontecimentos, Alfred Müller-Armack, também ele um dos fundadores da Economia Social de Mercado, foi intensamente solicitado para atuar naqueles anos como parecerista e relator. As principais ideias desenvolvidas por ele tinham como fito uma rápida transição para a Economia de Mercado, a qual igualmente contasse com um mecanismo de compensação social. Como repositório de todas as concepções sobre a configuração da reforma monetária e econômica, foi desenvolvido o “Departamento Especial de Moeda e Crédito”, sob a direção de Ludwig Erhard, tendo sido instalado oficialmente pelo “Conselho Econômico” da Bizona no ano de 1947. Desta maneira, com a participação de vários cientistas e como resultado de longos trabalhos de assessoramento no “Departamento Especial de Moeda e Crédito”, foi criado, em 8 abril de 1948, o cha-

mado “Plano Homburg” referente à implementação de uma reforma monetária. Poucos dias mais tarde, os peritos e membros do Departamento Especial, à exceção de Ludwig Erhard, foram conduzidos a um conclave em Rothwesten, onde preparariam, até junho de 1948, a execução administrativa da reforma monetária. No dia 20 de junho de 1948, os governos militares das três potências ocidentais promulgaram as leis e os decretos destinados à reforma monetária. Posteriormente ficaria claro, porém, que a reforma monetária também teve a participação direta das potências de ocupação aliadas, não tendo sido levadas em consideração, portanto, apenas as ideias elaboradas pelos peritos alemães.

Após a realização, apenas poucos dias mais tarde, da reforma econômica, essa situação já era completamente outra. No dia 2 de março de 1948, Ludwig Erhard já fora escolhido pelo “Conselho Econômico” para o cargo de diretor administrativo de economia da Bizona. Com este cargo, angariou, dentre outras coisas, mais margem de ação, tendo sido, por esta razão, poupado do conclave realizado para a efetivação da reforma monetária em Rothwesten. Além disso, conseguiu também realizar na prática política o “Plano Homburg”, mais particularmente sua ideia de uma reforma econômica para complementar a reforma monetária que fora planejada. Naquele instante, por sorte, ele não estava subordinado diretamente a nenhuma diretiva aliada. Outrossim, Erhard ainda recebeu apoio enérgico através de um parecer do “Conselho Consultivo Científico da Administração de Economia na Zona de Economia Unificada”, em que se analisava principalmente a questão envolvendo “medidas de regulamentação do consumo, de controle econômico e de política de preços após a reforma monetária”. Nesse parecer, a maioria dos especialistas defendia a necessidade de uma reforma econômica vinculada a uma imediata liberação dos preços, também acompanhada da introdução de uma política econômica e social coordenada, bem como de um controle sobre o abuso de poder econômico por parte de monopólios. Exatamente estes dois pontos viriam a se tornar, dois meses mais tarde, importantes componentes do anteprojeto da Lei de Diretrizes que foi concebida, predominantemente, por Leonhard Miksch e Ludwig Erhard. Coube a Erhard fazer com que entrasse oficialmente em vigor, apenas quatro dias após a reforma monetária, nomeadamente, no dia 24 de junho de 1948, a “Lei de Diretrizes para a Política de Controle Econômico e de Preços após a Reforma Monetária”. Esta lei também regulamentava as competências de Erhard quanto à configuração da reforma econômica atrelada à reforma monetária. Com esses atos estava aberto o caminho para a realização efetiva da Economia Social de Mercado.

### 2.3 A Reforma Econômica e Monetária nos dias 21 e 24 de junho de 1948

Para Ludwig Erhard era importante que a reforma monetária não acarretasse nenhuma situação de emergência com riscos para a sociedade. Era de seu interesse, além disso, que aquelas regulamentações que não pudessem ser classificadas como “socialmente compatíveis” permanecessem, em parte, apenas transitórias. Para ele, todavia, o mais importante eram os efeitos advindos da reforma monetária sobre a economia real do país. Sobretudo nesse setor não se podia admitir que fracassassem as ações empreendidas.

A reforma monetária tornara-se necessária, porque a alta inflação e o elevado endividamento externo do país, ambos decorrentes da economia de guerra, haviam causado sérios danos à confiança na moeda de então, o *Reichsmark*. No domingo, dia 20 de junho de 1948, de acordo com o projeto de reforma monetária, cada cidadão podia trocar, nos locais de entrega de cartelas de racionamento alimentar, 60 *Reichsmark* por 40 *Deutsche Mark* (marcos alemães / DM). A segunda parcela, no valor dos restantes 20 DM, deveria ser paga passados dois meses após aquela data (§ 6 da Lei Monetária). No dia seguinte, 21 de junho de 1948, o marco alemão já era a única moeda corrente válida (§ 1 Lei Monetária). Assim, esta data ficou sendo conhecida como o dia da reforma monetária. Nos dias e meses seguintes, todos os estoques de numerários e saldos bancários foram trocados paulatinamente, conforme as condições cambiais estabelecidas.

Na opinião de todos os especialistas, urgia que se efetuassem a reforma econômica e, por conseguinte, a superação do controle econômico compulsório o mais rápido possível, juntamente com a reforma monetária. Ludwig Erhard sabia que uma reforma monetária também demandava uma reforma econômica e que, por outro lado, para o sucesso de uma reforma econômica, uma reforma monetária representava um pré-requisito indispensável. Numa célebre sessão noturna realizada no dia 18 de junho de 1948, o “Conselho Econômico” da Bizona promulgou, em terceira leitura e sob o comando de Ludwig Erhard, a “Lei sobre Diretrizes para a Política de Controle Econômico e de Preços após a Reforma Monetária”. Esta lei naturalmente precisou da aprovação do Conselho de Controle aliado, mas Erhard saiu claramente legitimado pela votação no “Conselho Econômico”. Deste modo, no dia 24 de junho de 1948, três dias apenas após a reforma monetária, entrava em vigor a reforma econômica. Diferentemente da reforma monetária, a reforma econômica contou com a participação preponderante dos especialistas alemães,

tendo à frente Ludwig Erhard, e deixou registrada, com palavras claras e de forma irreversível, a concepção da Economia Social de Mercado.

A lei, composta de bem poucos parágrafos, previa, através de uma economia de mercado voltada para a concorrência e com livre formação de preços, a eliminação da economia deficiente então reinante que mantinha o controle econômico e o bloqueio dos preços. O preâmbulo da lei rezava o seguinte: “Haverá abertura para o relaxamento do sistema estatal de distribuição de mercadorias e fixação de preços, quando for necessário: 1) garantir a salvaguarda dos indivíduos economicamente mais fracos; 2) assegurar a realização de programas econômicos no interesse público; e 3) coibir a exploração de uma situação deficiente por parte de influências monopolistas.” Num anexo a essa lei foi igualmente definido que se deveria priorizar a liberação dos preços, reprimindo assim o controle econômico, ao invés de se manter o *status quo* de então. No Art. IV, artigo conclusivo dessa lei, estabelecia-se que a lei entraria em vigor ao mesmo tempo em que passasse a vigorar a regulamentação legal da reforma monetária.

Nos dias e meses subsequentes, Erhard exprimiu, em muitos discursos engajados, a necessidade da reforma monetária e econômica com as seguintes palavras: “Com essa virada político-econômica, saímos da economia dirigida para a Economia de Mercado e fizemos mais do que apenas encaminhar uma medida econômica mais estrita; com isto nós colocamos nossa vida socioeconômica e coletiva sobre uma nova base e diante de um novo começo.”

### 3. A ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO – ONTEM

**M**üller-Armack é considerado o criador do termo “Economia Social de Mercado”. Foi no título programático de seu livro “Dirigismo Econômico e Economia de Mercado”, publicado em dezembro de 1946, que ele utilizou pela primeira vez esse conceito “fácil de pegar”. Após o êxito da reforma monetária e econômica no ano de 1948, o termo “Economia Social de Mercado” foi marcado de modo decisivo por Ludwig Erhard e transformado em uma marca registrada. Principalmente no contexto do primeiro pleito eleitoral do *Bundestag*<sup>2</sup> em 1949 e da eleição



Alfred  
Müller-Armack  
(1901-1978).

Fonte:  
Bundesbildstelle

2 N. do Trad.: *Bundestag* = Câmara Baixa alemã.



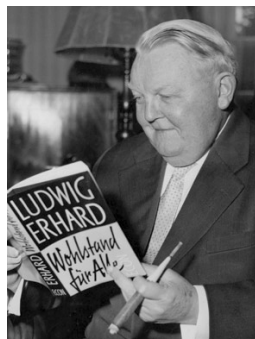


de Konrad Adenauer como primeiro-ministro, o conceito de Economia Social de Mercado deveria sair lucrando como um importante fator demarcatório em relação ao espectro partidário restante. É interessante observar que Ludwig Erhard usou o termo pela primeira vez num artigo publicado no jornal berlinense *Berliner Tagesspiegel* no dia 23 de abril de 1949, ao propor uma definição: “Longe de desejos de influências e interesses de grupos de quaisquer tipos, a meta da Economia Social de Mercado é a economia saudável, que garanta a existência de todo o povo e permita que cada indivíduo, conforme seu desempenho, participe do produto social da nação.” Pouco tempo depois, o termo Economia Social de Mercado também já podia ser visto no programa de campanha do partido cristão-democrata CDU (União Cristã-Democrata). Ali se fazia propaganda da Economia Social de Mercado com este *slogan*: “Economia Planificada ou Economia de Mercado?”.

### 3.1 O que caracterizava a Economia Social de Mercado àquela época?

Infelizmente, Erhard não escreveu nenhum manual sobre a política econômica da Economia Social de Mercado. No entanto, registrou e explanou suas ideias e princípios em inúmeros artigos e discursos. Os elementos centrais do seu pensamento são os princípios de liberdade do indivíduo e do mercado, assim como os princípios de solidariedade e subsidiariedade.

Para Erhard, o princípio de liberdade quer dizer duas coisas. Por um lado, significa ser independente do Estado e ter a maior liberdade possível para decisões individuais (ideais liberais), mas, por outro, também significa salvaguardas contra possíveis arbitrariedades provenientes de concidadãos, como costumavam enfatizar, sobretudo, os “ordoliberais” reunidos em torno de Walter Eucken. Desse modo, Erhard faz uma vinculação da liberdade de cada indivíduo com a responsabilidade por tudo e



Ludwig Erhard (1897-1977). Em 1957 foi publicado seu manuscrito programático “Bem-Estar para todos”.

Fonte: Bundesbildstelle.

por todos, assim como com a proteção dos indivíduos contra arbitrariedades. Neste ponto, a Economia Social de Mercado era um novo caminho, já que, dessa forma, a ligação entre “liberdade e responsabilidade” representava uma novidade.

Dito de forma muito simples, o princípio de subsidiariedade significa: quem puder se autoajudar, que o faça. Na visão da ordem política, significa principalmente que todo indivíduo precisa ter a possibilidade de cuidar dos seus próximos e de si próprio. Isto, porém, somente é possível se todos os indivíduos gozarem de liberdade econômica, e se isto ocorrer, mais precisamente, num sentido material claramente definido. O princípio de subsidiariedade abrange não apenas a necessidade de decisões autônomas, mas também a exigência de responsabilidade pelas decisões tomadas.

Para concluir, deve ainda ser mencionado o princípio de solidariedade. Significa dizer que se deve ajudar àqueles que não puderem cuidar de si mesmos. Este princípio emana notadamente da imagem do ser humano cristão, sendo irrelevante se a incapacidade de autoajuda é duradoura ou temporária, se era previsível ou não-previsível, ou se ocorreu por culpa de terceiros. Decisivo é o fato de que uma determinada segurança social, mas subsidiária, é garantida para todos, e que todo cidadão pode confiar nisso. Entretanto, como sempre voltava a enfatizar Ludwig Erhard, as demonstrações de solidariedade garantidas nesses casos não deverão substituir duradouramente, nem mesmo reprimir, o princípio “de fomento e de reivindicação”. Cada relação em que ocorre alguma prestação solidária em situações difíceis exige em longo prazo, também dos beneficiários, uma determinada contraprestação. Neste sentido, essa ajuda destinada à autoajuda precisa ser entendida como um apoio construtivo entre indivíduos.

Aqui se pode ver o aspecto singular da Economia Social de Mercado, que os peritos costumam designar como fórmula irênica. Trata-se, nesse caso, de uma conciliação duradoura e profícua de concepções e modelos econômicos liberais, socialistas e cristãos, com o objetivo de se alcançar um novo modelo: a Economia Social de Mercado.

Ao configurar esses princípios na prática política, Ludwig Erhard já devia ter sido influenciado por seu orientador de tese de doutorado, Franz Oppenheimer, que era responsável por uma cátedra de Sociologia e Economia Nacional. A visão de Oppenheimer era abrir uma “terceira via” entre as posições extremas do capitalismo e do socialismo descontrolados. Para tanto, ele desenvolveu o modelo do “socialismo liberal”. A tentativa de fundir diferentes ideologias e sistemas econômicos num modelo da Economia Social de

Mercado, é claro, foi criticada e considerada impossível por vários cientistas e políticos. Sobretudo quando se registrou, poucas semanas após a reforma monetária, um aumento no nível de desemprego, surgiram algumas reações contrárias junto à população. Mas Erhard não se deixou perturbar por esses acontecimentos, já que o aumento do desemprego se devia principalmente ao fato de que se fazia uma oferta de trabalho preferencialmente àqueles que realmente tivessem o *status* de desempregados. Assim sendo, para muitas pessoas era interessante registrarem-se como desempregadas, para assim logo receberem uma nova oferta de emprego. Quando, pouco tempo mais tarde, se processou um fulminante crescimento econômico caracterizado quase como pleno emprego, os críticos emudeceram, e a Economia Social de Mercado de Ludwig Erhard passou a ter cada vez mais prestígio.

### 3.2 *A Economia Social de Mercado e a primeira eleição parlamentar no ano de 1949*

Após a reforma monetária e econômica, Ludwig Erhard empreendeu muitas ações, para explicar à opinião pública alemã suas opiniões e seus pontos de vista políticos e assim ganhar confiança junto à população. Dentre os poucos que compartilhavam das convicções de Erhard na área política, encontrava-se Konrad Adenauer. Apesar de tudo, num exame mais aguçado, era possível perceber que aquelas duas personalidades históricas também apresentavam incompatibilidades consideráveis. Contudo, com a ajuda de seu faro

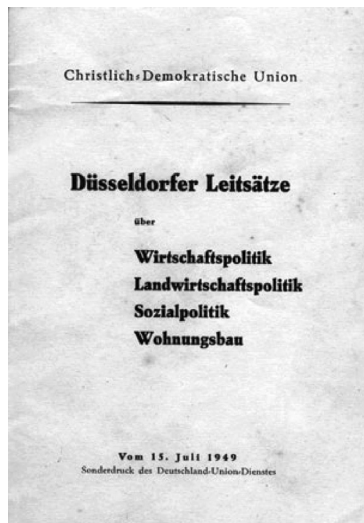


*Ludwig Erhard  
numa conversa com  
Konrad Adenauer  
(1876-1967).*

*Fonte: Fundação  
Konrad Adenauer  
e.V.*

*Capa das  
Diretrizes de  
Düsseldorf  
publicadas pela  
CDU em 15 de  
julho de 1949.*

*Fonte: Fundação  
Konrad Adenauer  
e.V.*



político, Konrad Adenauer de pronto reconheceu o excelente serviço prestado pela reforma econômica que Ludwig Erhard levava a cabo, notadamente com vistas às primeiras eleições para o *Bundestag*. Adenauer, que já tinha experiência política, pois fora, durante alguns anos, prefeito da cidade de Colônia, logo apresentou Erhard a seu partido. Além disso, com admirável tenacidade, Konrad Adenauer também conseguiu, a despeito de algumas vozes contrárias dentro da CDU, impor o nome de Ludwig Erhard como o de especialista abalizado em economia. Já Erhard, através de inúmeras palestras e de sua eloquência persuasiva, conseguiu fazer com que todo o partido CDU aceitasse a Economia Social de Mercado. Através das “Diretrizes de Düsseldorf”, o novo modelo econômico – a Economia Social de Mercado – também foi incluído no programa da campanha da CDU para as primeiras eleições do *Bundestag* no ano de 1949.

Nas eleições para a formação do primeiro *Bundestag* no dia 14 de agosto de 1949, os partidos cristãos CDU e CSU<sup>3</sup> obtiveram 31% dos votos, representando um total de 139 assentos no parlamento, oito a mais que o SPD.<sup>4</sup> Para Adenauer, esse resultado das urnas significou uma “clara resposta afirmativa à Economia Social de Mercado em oposição à Economia Planificada socialista”. No dia 31 de agosto de 1949, proferiu as seguintes palavras a uma audiência composta por governadores e secretários estaduais, ministros e presidentes das assembleias estaduais: “A consequência lógica tirada da conduta assumida pelos partidos no Conselho Econômico de Frankfurt mostra que urge trilharmos o mesmo caminho ali iniciado, também no tocante à questão da formação do gabinete de governo”. Ludwig Erhard prestou apoio a Adenauer com estas palavras: “Na minha opinião, o que devemos fazer é dizer que, por tais e tais motivos, não podemos firmar nenhuma coalizão com o SPD, mas queremos mostrar que nossa política é mais social do que a política que o SPD seja capaz de conduzir, e que ela

3 N. do Trad.: CSU = União Cristã-Social, partido existente na Baviera.

4 N. do Trad.: SPD = Partido Social-Democrata da Alemanha.

também é mais social, porque apenas sobre a base de uma economia realmente saudável e produtiva é que também se pode realizar uma política social sensata” (Schlecht e Stoltenberg, 2001).

Na gestão de Konrad Adenauer, primeiro primeiro-ministro da República Federal da Alemanha, Ludwig Erhard tornou-se primeiro ministro da Economia e iniciou a retomada e a execução prática da Economia Social de Mercado. Em sua nova empreitada, Erhard sempre tentava impor sua política com base em convicções cientificamente fundadas, evitando, da melhor maneira possível, conflitos com adversários políticos ou com a sociedade. Sua máxima era: “A Economia nunca deve sucumbir aos ditames de grupos sociais, econômicos ou políticos”. Com essa sua conduta, entende-se *per se* que, no jogo da hegemonia política, às vezes Erhard devia enfrentar situações delicadas. Apesar de tudo, com a prosperidade econômica, sua popularidade junto à população crescera tanto que Ludwig Erhard acabou tornando-se, posteriormente, o segundo primeiro-ministro da Alemanha.

#### 4. A ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO – HOJE

**E**ntretanto, principalmente devido aos rápidos êxitos obtidos na Economia e à Reunificação Alemã realizada em 1990, a Economia Social de Mercado tornou-se um artigo de exportação e, conseqüentemente, um modelo a ser seguido por muitos países estrangeiros. Em todo caso, os mais diversos resultados de pesquisas de opinião pública realizadas atualmente na Alemanha apontam que, no que pese o sucesso alcançado nos últimos anos, a Economia Social de Mercado vem perdendo prestígio nas últimas décadas. Desse modo, em 2005, ao responderem à pergunta “Você tem uma opinião positiva ou negativa sobre o sistema econômico alemão?”, 31% das pessoas indagadas optaram por uma resposta positiva, enquanto que 39% responderam negativamente. Isto significa que bem mais de um terço da população alemã não tem uma opinião positiva sobre o atual sistema econômico do país, isto é, a Economia Social de Mercado, número que perfaz quase o dobro dos que deram a mesma resposta no ano 2000.

Inúmeros estudos também chegam a resultados semelhantes. Nesse contexto, os resultados chegam a mostrar que não representam uma impressão inédita registrada nos dias atuais, mas muito mais uma tendência a ser observada em longo prazo. É natural que também se queira saber por que é possível constatar, junto a uma grande parte da população alemã, uma diminuição da confiança no atual sistema econômico.

Além dos indicadores econômicos, tais como a taxa de crescimento do PIB, a taxa de desemprego, a cotação das bolsas de valores ou o número de insolvências registradas, podem-se ainda apontar como fatores responsáveis por uma mudança na conduta e na percepção das cidadãs e dos cidadãos perante a Economia Social de Mercado as condicionantes políticas. Estas são determinadas, sobretudo através das reformas planejadas e realizadas. Uma explicação – por vezes significativa – para a aceitação cada vez menor da Economia Social de Mercado pode ser vista no aumento da insegurança e na impotência das pessoas em relação à globalização progressiva e aos desafios impostos por uma sociedade em processo de envelhecimento. É interesse destacar, porém, que a opinião das pessoas no tocante à globalização é tão crítica quanto em relação à Economia Social de Mercado. Segundo dados do Instituto de Pesquisas de Opinião Pública *Allensbach*, aumentou o número daqueles que veem mais riscos que chances na globalização, tendo passado, no período entre os anos de 1988 a 2006, de 25% a 46%. Pesquisas de opinião internacionais realizadas pela Fundação *British American Tobacco* também chegaram a resultados semelhantes, ao questionarem sobre o futuro no ano de 2007. Dessa forma, apenas 19% dos entrevistados na Alemanha consideraram-se beneficiários da globalização, representando uma pequena porcentagem que talvez não encontre paralelo em nenhum outro país europeu. Apesar da prosperidade conjuntural nos anos de 2006 e 2007, apenas um sexto da população alemã ainda considera compatíveis as condições econômicas do país. Um número tão reduzido nunca fora registrado numa pesquisa do Insituto *Allensbach*.

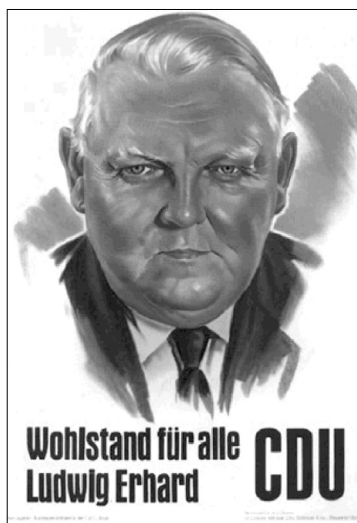
Por outro lado, resultados obtidos em outras pesquisas pelo menos despertam um pouco de esperança: segundo estas, as pessoas entrevistadas não consideram alternativas desejáveis, por exemplo, nem o modelo de uma Economia de Livre Mercado como a praticada nos Estados Unidos, nem o de uma Economia Planificada como a existente em Cuba. Todavia, os políticos e empresários responsáveis não se deveriam dar por satisfeitos com esses resultados; deveriam, muito mais, criar nova confiança no modelo da Economia Social de Mercado. Para tanto, cumpre que se reaja de maneira decidida e direta contra os temores existentes e a impotência das pessoas, buscando também respostas específicas. Principalmente ao se adotarem novas medidas, as pessoas precisam ser levadas em consideração e incluídas nos processos decisórios com maior intensidade. Afinal de contas, vale o seguinte princípio: reputação se perde com rapidez, mas é dificilmente recuperável. Sem que o Estado e as empresas façam investimentos de longo prazo

no modelo da Economia Social de Mercado, a confiança das cidadãs e dos cidadãos somente poderá ser recobrada com muita dificuldade. As experiências históricas das semanas, meses e anos após a reforma econômica ocorrida em junho de 1948 mostraram, todavia, que, apesar de certa reticência inicial e críticas por parte da população de então, a estabilidade do modelo Economia Social de Mercado mostrou sua pujança e revelou-se um grande êxito. Eis um fato que deveria ser explicado aos atuais políticos que atuam nas áreas de economia e finanças.

Entretanto, para se imprimir mais confiança no modelo da Economia Social de Mercado, também parece ser uma obrigação inevitável, na ótica atual, a realização de um trabalho mais intenso de esclarecimento dos contextos econômicos. Estudos recentes mostram, por exemplo, que um alto grau de entendimento sobre conteúdos econômicos favorece imensamente o posicionamento positivo em relação à Economia Social de Mercado (Kaminski *et alii*, 2007). Significa dizer que o ensino econômico já deveria ser ensinado e aprendido nas escolas, afinal de contas, estão em jogo nossa ordem econômica e o Estado Democrático de Direito da República Federal da Alemanha.

## 5. ASSUMIR DESAFIOS – REPENSAR A ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO

**P**ara resgatar a confiança da população no modelo da Economia Social de Mercado, é preciso que os políticos também logrem estabelecer uma vinculação entre perspectivas futuras e propostas políticas concretas, para, deste modo, lançar respostas aos desafios atuais. Como os próprios fundadores da Economia Social de Mercado já haviam reconhecido, isso obviamente carece de um desenvolvimento continuado, dinâmico e permanente do modelo econômico. Mas, à luz da história, este justamente é o fator de sucesso da Economia Social de Mercado e o atrativo do modelo. Em outros termos: cabe, atualmente, organizar os novos desafios de forma tal que eles se possam harmonizar com os princípios básicos da Economia Social de Mercado.



*Cartaz para a eleição parlamentar de 1957.*

*Fonte: Fundação Konrad Adenauer e.V.*

A maior complexidade em que hoje se encontra o mundo não torna obsoleta a Economia Social de Mercado 60 anos após sua criação, mas sim mais necessária do que nunca. O marco de ordenamento da Economia Social de Mercado representa o melhor consenso possível para uma sociedade pluralista e democrática. Nesse sentido, faz-se o seguinte questionamento: será que os conceitos e o espectro de regulamentações da Economia Social de Mercado de antigamente deveriam ser redefinidos em função das condicionantes hoje vigentes e que passaram por transformações?

Os últimos anos têm mostrado que, além das dimensões da economia, ecologia e da compensação social, dever-se-ia também levar em consideração, principalmente, a globalização no modelo da Economia Social de Mercado. Na sociedade atual, tem-se desenvolvido, de forma intensa, uma nova forma de solidariedade supranacional e integradora das diferentes gerações, à qual ainda não se fez devidamente jus no âmbito da ordem vigente. Neste sentido, o conceito de uma Economia Social de Mercado globalmente sustentável oferece uma ampliação adequada de sua área de implementação. Com esta nova perspectiva é possível que se consiga fazer uma fusão das conquistas de ontem com os desafios hodiernos.

Todavia, está claro que, se não houver uma confiança renovada nessa ideia, não surgirá uma base de sustentação para uma ordem econômica e social no século XXI. Por este motivo, primeiramente é preciso que se realize – de modo semelhante ao que ocorreu há 60 anos com a reforma econômica de Ludwig Erhard – um processo radical de formação de confiança no sistema econômico. Para tanto não basta que se aprovelem medidas concretas, mas sim, muito mais, que primeiramente se fortaleça e se resgate a confiança na capacidade de desempenho da República Federal da Alemanha. Uma estratégia de investimento e inovação em longo prazo, como a aqui recomendada, não deveria ser bem-sucedida apenas no campo econômico, mas também no político, uma vez que aumentaria o “bem-estar de todos”.

Hoje falamos de “Economia Social de Mercado”, para delimitarmos e igualmente destacarmos essa concepção singular. Ressalte-se que a Economia de Mercado designa apenas aquilo que é necessário para uma estrutura de sustentação, mas que “justamente não deverá ser uma Economia de Mercado liberal entregue a si mesma, mas sim uma Economia de Mercado comandada de forma consciente, ou seja, comandada pela sociedade” (Müller-Armack). Neste sentido, não nos cumpre reinventar o fundamento da Economia Social de Mercado, mas certamente colocá-lo sobre uma base “globalmente sustentável” mais larga.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAETHGE, Henning, DE LUCA, Claudio, HÜBNER, Rainer. Eine Nation im Zwiespalt. *Capital*, 19, p. 18-24, 2005.
- ERMIRICH, Roland (ed.). *100 Jahre Ludwig Erhard*. Das Buch zur Sozialen Marktwirtschaft. Ein Jubiläumsband zum 100. Geburtstag. Düsseldorf: MVV Medien, 1997.
- GESETZ ÜBER LEITSÄTZE für die Bewirtschaftung und Preispolitik nach der Geldreform vom 24. Juni 1948.
- KAMINSKI, Simone et alli. *Die Einstellung zur Sozialen Marktwirtschaft – Messung und Untersuchung von Einflussfaktoren*. München: Roman-Herzog-Institut, 2007. – (Information / Roman-Herzog-Institut; 4).
- MERZ, Friedrich, GLOS, Michael (eds.). *Soziale Marktwirtschaft im 21. Jahrhundert*. Antworten der Wirtschafts-, Finanz- und Sozialpolitik auf die neuen Herausforderungen. München: Olzog, 2001.
- SCHLECHT, Otto. Soziale Marktwirtschaft. In: BECKER, Winfried et alli (eds.). *Lexikon der Christlichen Demokratie in Deutschland*. Paderborn u.a.: Schöningh, 2002. p. 646-647.
- SCHLECHT, Otto, STOLTENBERG, Gerhard (eds.). *Soziale Marktwirtschaft: Grundlagen, Entwicklungen, Perspektiven*. Freiburg/Breisgau: Herder, 2001.
- VOGEL, Sabine et alli. (eds.). *Soziale Marktwirtschaft – damals und heute*. Berlin/Sankt Augustin: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007.

**Bodo Herzog** estudou economia e matemática na Universidade de *Konstanz*. Seu doutorado contou com uma bolsa da sociedade alemã de pesquisa (DFG). Ensina matemática e economia na *Zeppelin University* e na Universidade *Witten/Herdecke*. Diretor do Departamento de Economia Política na Área Principal de Política e Assessoria da Fundação Konrad Adenauer em Berlim. Antes, foi consultor científico do *Sachverständigenrat*, um comitê de peritos que analisa o desenvolvimento macroeconômico da Alemanha.